O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 5,00 | nº 898 – de 31 de março a 21 de abril de 2022

RETIRADA IMEDIATA DAS TROPAS RUSSAS DA UCRÂNIA

Divulgação

Destroços na cidade de Mariupol após ataques das tropas russas

Correspondente

DAP realiza debate sobre a crise das instituições no Brasil e a Constituinte

JUVENTUDE
Por que os jovens de 16 a 18 não se inscrevem para votar?
pág.2

PARTIDO
É grave! DN-PT decide Federação com PCdoB e PV
pág.5

NACIONAL
A guerra e seus efeitos no Brasil
pág.8

DEPOIMENTO
Sérvio relata o que a Otan fez em seu país
pág.11

Cala a boca já morreu

Justiça eleitoral tenta censurar protestos contra Bolsonaro no Lollapalooza

O festival, que é um dos maiores do país, aconteceu no último fim de semana de março em São Paulo, e foi quente nas manifestações contra o governo criminoso de Bolsonaro. Muitos dos gritos que ouvimos nas ruas no ano passado foram entoados por artistas e plateias durante os shows. Após Pablo Vittar protestar contra o governo e registrar seu apoio a Lula, a podre justiça brasileira, na figura do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Raul Araújo - acatando o pedido do partido de Bolsonaro, o PL (Partido Liberal) - tentou proibir os artistas de se manifestarem, alegando campanha antecipada e impondo uma multa de 50 mil reais ao festival para cada ação política em palco. A atitude, além de autoritária, é hipócrita, pois o mesmo ministro decidiu manter outdoors de promoção do presidente no Mato Grosso do Sul. Dois pesos e duas medidas. Nada novo no judiciário que bem conhecemos.

Pablo Vittar em sua apresentação no festival

Deu errado pro censor

Mas os artistas não se calaram. Pelo contrário, as manifestações cresceram. De Duda Beat e Mano Brown à banda Fresno e Lulu Santos, todos deixaram seu recado contra a censura e contra o governo. O rapper Djonga entrou em cena dizendo que protestaria 22 vezes contra Bolsonaro em homenagem a 2022. A cantora Anitta afrontou dizendo que assumiria as multas. A banda Fresno usou o telão do show com a frase Fora Bolsonaro e Lulu Santos arredondou: "cala a boca já morreu", dizendo que não voltaremos ao obscurantismo da ditadura, onde artistas foram mortos e perseguidos.

O ministro Facchin, do STF, tentou remendar a situação falando que pautaria o assunto em plenário, pois se tratou de uma decisão monocrática. Na sequência o próprio Raul Araújo retirou sua decisão a pedido do partido do presidente, ao constatar que "não se tratava de um patrocínio do festival às manifestações políticas, e sim liberdade de expressão dos artistas".

Conversa pra boi dormir! Eles viram que a repercussão ficou ruim para o lado deles, que milhares de jovens aderiram na plateia e na internet às manifestações, e tiveram que recuar!

Foi mais uma desse judiciário antidemocrático que tirou Lula em 2018 para eleger Bolsonaro, e que agora atua, assim como o Congresso, para mantê-lo lá até outubro enquanto o país afunda no caos. É pelo autoritarismo, pela carestia e violência, pelo desemprego, que uma massa de jovens está revoltada com a situação. Para além de tirar Bolsonaro o quanto antes, também é necessário rever essas instituições urgentes, numa reforma radical do Estado. O Lollapalooza mostrou que 2022 vai ser quente.

Katrina

Cai número de jovens eleitores

Dados mostram insatisfação com o sistema

A pesquisa BTG/Instituto FSB de março mostra que há uma grande insatisfação dos jovens entre 16 e 24 anos com o governo Bolsonaro. 67% dos entrevistados consideram que sua gestão é ruim/péssima.

Apesar dessa insatisfação, o número de jovens de 16 a 18 anos com título de eleitor é o menor da história.

Com data limite até 4 de maio, apenas 830 mil jovens têm título, número 10% menor do que no último ano eleitoral.

E mesmo com a campanha desesperada de partidos, famosos e artistas como atores, cantores, MCs de funk e rap apelando para que os jovens tirem o título de eleitor - que levou a 100 mil novas emissões em uma semana - o problema está muito longe de ser resolvido.

Na eleição geral de 1989, logo após o fim da ditadura, o número de jovens aptos a votar era 2,9 milhões. Nas eleições seguintes a quantidade diminuiu até voltar a subir em 2002, eleição em que Lula (PT) chegou à presidência.

Foi em 2014 — logo após as jornadas de 2013 que escancararam a distância entre representantes e representados — que o número de jovens aptos veio a cair drasticamente, indo para 1,6 milhão, caindo novamente após o golpe do impeachment (dados do TSE).

O buraco é mais embaixo

A juventude foi às ruas em 2021 protestar, em meio à pandemia, para dar um fim ao governo Bolsonaro, mas viu sua insatisfação canalizada para os meios institucionais, com os mais de 100 pedidos de impeachment, sobretudo por parte dos dirigentes partidários, sindicais, estudantis e outros.

Eles viram a face institucional legislativa, por meio do Congresso Nacional, ignorar esses pedidos enquanto seguia o teatro da CPI da Covid e outros episódios que tentavam esconder o fato que parlamentares votavam ataques aos direitos.

Essa mesma juventude viu a face institucional judiciária num morde e assopra com o governo Bolsonaro. Uma série de ameaças que não passavam de palavras vazias.

Os jovens viram, por fim, os partidos de oposição, adaptados a essas instituições repulsivas: muitos dirigentes defendendo o fique em casa e apostando tudo apenas numa saída eleitoral.

Os dados expressam a indignação de milhões de jovens que saem às ruas todos os dias em busca de emprego, que não têm dinheiro da passagem de ônibus, que têm o acesso negado à educação e que são esmagados pelo sistema capitalista.

São esses e milhares de outros que não se sentem representados por deputados, senadores, governadores, prefeitos, de todas as cores, que jogam nas atuais instituições e, por isso, parecem iguais.

Quando Lula enfrentou o sistema em 2018 se mantendo candidato à presidência, na condição de preso político, muitos jovens, animados, se somaram à campanha.

Hoje, muitos revoltados com Bolsonaro, querem mudanças de verdade e podem ver na candidatura de Lula uma saída. Mas, colocar Alckmin na vice só gera confusão, porque o ladrão de merendas é um homem do sistema.

O buraco é mais embaixo. Para fazer verdadeiras mudanças é preciso revogar tudo que foi feito pelo governo genocida.

A desconfiança, com razão, coloca a pergunta: é possível fazer isso com essas instituições e com aliados golpistas?

Leo Ratão

"Acabe com essa guerra vergonhosa"

Comunidade universitária em Moscou se posiciona contra a invasão da Ucrânia

Abaixo, trechos de manifesto assinado por 7500 integrantes da comunidade da Universidade Estatal de Moscou M.V. Lomonosov (íntegra em juventuderevolucao.com.br). Todo apoio à luta contra essa guerra!

"*Nós, estudantes de graduação, pós-graduação, professores, funcionários da universidade mais antiga da Rússia, a Universidade Estatal de Moscou Michail Lomonosov, condenamos categoricamente a guerra que nosso país desencadeou na Ucrânia.* (...)

A 'operação militar especial', tal como foi apelidada pelo governo que age em nome da Federação Russa, é de fato uma guerra.

E nessa situação não há espaço para eufemismos ou desculpas. A guerra é violência, crueldade, morte, perda de entes queridos, impotência e medo que não podem ser justificados por nenhum objetivo. (...)

Exigimos que o governo da Rússia cesse imediatamente o fogo, retire-se do território do estado soberano da Ucrânia e acabe com essa guerra vergonhosa.

Pedimos a todos os cidadãos russos que se preocupam com seu futuro que se juntem ao movimento pela paz. Somos contra a guerra!".

Na Ucrânia e no Brasil: barrar a destruição!

37 dias de guerra na Ucrânia e a destruição e o sofrimento para o povo já são devastadores. Putin esmaga o direito à autodeterminação da nação ucraniana e o governo dos EUA disciplina os governos da União Europeia, através da Otan, e alimenta a guerra para atender aos interesses capitalistas. Interesses que representam os governos envolvidos nos dois lados do conflito.

Os governos europeus, em nome da guerra, chamam à união nacional, vale dizer, buscam atrair as organizações dos trabalhadores para esta ofensiva belicista, pretendendo aquietá-los enquanto avançam políticas de destruição de empregos e direitos. Mas os trabalhadores não estão dispostos a caminhar para o abismo. "Não queremos ser cúmplices neste conflito", disseram os trabalhadores de um aeroporto e um porto da Itália, que se recusaram a embarcar armas da Otan para a Ucrânia (ver pág.12). "Abaixo a guerra! Nem a Rússia de Putin, nem a Otan! Não à união nacional com os governos belicistas!" diz o chamado de organizações da França e Grécia para uma Conferência Europeia de Emergência (ver pág.10).

Esta guerra, no coração da Europa, que já deixou destruição, mortes e uma legião de refugiados, vai jogar na fome e pobreza milhões de seres humanos no mundo. Tal barbárie só poderá ser detida com a luta independente da classe operária apoiando-se nas suas organizações.

Se são os trabalhadores europeus e suas organizações os que estão mais diretamente envolvidos neste desafio, ele diz respeito a todo movimento operário internacional. Não à guerra!

No Brasil, a situação é a expressão nacional da mesma política de ofensiva do capital para sobreviver à crise do sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.

CONTRA A OFENSIVA DO CAPITAL OS TRABALHADORES PRECISAM DE SUAS ORGANIZAÇÕES

Três anos e três meses de governo Bolsonaro, seis anos depois do golpe, a situação do país e de seu povo trabalhador é dramática. Fome, salários rebaixados, violência contra jovens negros e mulher, educação e saúde publicas indo pro ralo. Isso só pôde avançar com o aval dado pelas atuais instituições. Os golpistas puderam promover o impeachment, Temer pode governar e seguram Bolsonaro até o fim do mandato.

Na luta contra a política que promove a guerra na Ucrânia e que nos trouxe até aqui nesta situação de destruição do Brasil, a questão que se coloca é: como reconstruir e transformar nosso país para libertá-lo do jugo do imperialismo?

Esta foi a questão debatida na atividade promovida pelo Diálogo e Ação Petista que concluiu: na possibilidade, pela qual lutamos, do PT voltar à presidência, com Lula, só dando a palavra ao povo, através de uma Assembleia Constituinte Soberana que poderemos desfazer os males feitos contra a nação e o povo e avançar. Afinal o atual sistema político, o Congresso Nacional, o Judiciário e as Forças Armadas aí estão para permitir que tais males prossigam (ver págs. 6 e 7).

Aqui, como em todo mundo, para barrar a ofensiva destruidora do capital, os trabalhadores precisam de suas organizações. Não se trata apenas de derrotar Bolsonaro, trata-se de enterrar a política que seu governo e os patrocinadores do golpe representam. Para levar esta luta o PT não pode estar enjaulado numa Federação, como decidiu seu Diretório Nacional, com o PCdoB e PV, numa "nova agremiação política", como reza a lei, que comporta interesses contraditórios pelos quais o PT foi criado. O PT precisa continuar PT, não à Federação! (ver pág.5)

NOTAS

Massa salarial cai R$ 18 bilhões desde 2020

A massa salarial, ou seja, a soma dos salários pagos por mês no Brasil foi reduzida em R$ 18 bilhões desde fevereiro de 2020, descontada a inflação.

Segundo cálculo da empresa Tullet Prebom Brasil, isso representa que a participação da renda paga em salários decresceu em relação ao Produto Interno Bruto de 35,4% em fevereiro de 2020 para 30,9% em janeiro de 2022.

É uma brutal redução das condições de vida da classe trabalhadora. Este é o produto de sucessivos meses em que os reajustes salariais das mais diversas categorias ficam abaixo da inflação.

Em fevereiro 55,7% dos acordos salariais foram abaixo da inflação, em janeiro foram 49,2%.

Quadruplicam registros de armas em 2021

Desde 2019 até o final do ano passado foram adquiridas 460.651 novas armas particulares. Para comparação, em 2018 foram registradas 51.027 e em 2021 são 188.805 armas, quase 4 vezes mais!

Em fevereiro de 2021, Bolsonaro editou um pacote de 4 decretos presidenciais que ampliaram o limite de armas particulares permitidas para civis e militares. Além disso, ele afrouxou os critérios de restrição de porte de armas.

Pela lei atual os CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores) podem comprar legalmente grande quantidade de armas.

Os caçadores podem ter até 30 armas e 6 mil balas. Já os atiradores podem ter até 60 armas e adquirir 180 mil balas por ano. Para que tudo isso?

Em maio de 2020 Sara "Winter" que liderava o grupo "300 do Brasil" - presa na época, agora usa tornozeleira eletrônica por ordem judicial - em entrevista a BBC Brasil disse: "Em nosso grupo, existem membros que são CACs, outros que possuem armas devidamente registradas nos órgãos competentes". Vai vendo.

Armamento particular supera o da PM

Um levantamento do Instituto Sou da Paz, com dados Sistema Nacional de Armas (SINARM) e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) revelou que em abril do ano passado o número de armas particulares em posse de civis ultrapassou o número total de armamento de todas Polícias Militares do país. São 648.731 armas em posse de civis contra 583.498 para as PMs.

Memória

NÃO À GUERRA DA OTAN CONTRA A IUGOSLÁVIA!

Os atos de 1º de Maio em toda a Alemanha foram massivos e marcados pela vontade dos trabalhadores de acabar com a guerra [da Otan contra a Iugoslávia – NdR]. Como é tradicional, os oradores eram da DGB, central sindical, e do SPD, partido social-democrata no qual se reconhece a maioria da classe operária. O partido do primeiro-ministro Schroeder participa da guerra contra a Iugoslávia. (...) Oscar Lafontaine, ex-presidente do SPD e ministro das Finanças até 11 março passado, quando se demitiu, esteve em Sarrebruck, na região do Sarre, numa manifestação de 12 mil pessoas, um recorde absoluto. O jornal "Welt am Sonntag (2/5/99) deu a seguinte manchete: "Apelo dramático de Lafontaine: detenham a Otan!".

O TRABALHO PT

"Proponho organizar, com todas as entidades, uma Marcha à Brasília, não só do MST, mas de toda classe trabalhadora"

Ato de 1º de Maio, em São Paulo
Nas faixas, a luta contra FHC-FMI e contra a guerra

EDITORIAL

Mãos à obra

É AGORA
Encontros contra Banco de Horas

IUGOSLÁVIA
Parem o bombardeio!

RESISTÊNCIA
Movimento terá Encontro em julho

O Trabalho nº 455 – 12/5/1999

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Diagramação: Paulo Henrique

Pipocam mobilizações de servidores

Eles exigem reajuste salarial, e Bolsonaro volta ameaçar com a reforma administrativa

Divulgação

Servidores fazem passeata em Porto Alegre, 16 de março

Em todo o Brasil, cresce o número de greves e mobilizações por reajuste salarial de servidores e pelo cumprimento da lei do piso salarial dos professores em estados e municípios. Em Brasília, no dia 16 de março, servidores federais ocuparam a Esplanada dos Ministérios pela recomposição emergencial de 19,99%, índice de perdas durante o governo Bolsonaro.

No mesmo dia, na cidade de São Paulo, cumprindo o calendário da CNTE, cerca de três mil professores estaduais realizaram ato público por salários e protestavam contra o projeto de lei complementar 2/2022, enviado à Assembleia Legislativa pelo governador João Doria (PSDB), que propunha reajustes variáveis: 10% para servidores e servidoras em geral e 20% para integrantes das Polícias Civil e Militar.

Ocorreram atos no Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Em diversas cidades houve passeatas e atos públicos indicando a retomada da mobilização arrefecida na pandemia pela política do "fique em casa".

Em Porto Alegre, servidores estaduais e federais caminharam pelas ruas do centro da cidade com faixas e pirulitos denunciando os ataques aos serviços públicos, o aumento do custo de vida, o desemprego, além de exigir a reposição das perdas salariais. Não foram poucas as manifestações de apoio da população. No dia 22, a exemplo de Minas Gerais, mais de quatro mil policiais civis e centenas de servidores do judiciário estadual lotaram a frente do Palácio Piratini, dias antes da renúncia do governador Eduardo Leite (PSDB/RS).

Em Guarulhos, no dia 25, mais de cinco mil servidores em greve ocuparam as ruas por reajuste mesmo sob ameaça de medida liminar obtida no judiciário contra o movimento a pedido da prefeitura. Em São José dos Campos milhares foram às ruas exigindo o gatilho salarial.

No dia 28, segundo levantamento da FENASPS (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social) foram registradas greves, ainda que parciais, em pelo menos 23 unidades da federação na base do INSS. Servidores do Banco Central também anunciam greve a partir do dia 1 de abril.

Enquanto esta edição é fechada ocorrem as mobilizações em Brasília no dia 30. Nesta sexta (1) está prevista uma reunião com o Secretário Adjunto do Ministério da Economia para tratar da pauta de reivindicações.

Ameaça de votação da PEC 32

A unidade das 3 esferas foi o que impediu que esta PEC fosse votada em 2021, contudo a pressão do governo pela sua aprovação segue.

Em entrevista à Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, garantiu na última semana que, após as eleições marcadas para outubro, o governo de Jair Bolsonaro (PL) irá retomar as ações para votar e aprovar no Congresso a reforma administrativa (PEC 32/2020). Ciro repetiu o que disse Bolsonaro à Jovem Pan dias antes, quando afirmou que "a administrativa talvez seja possível", apesar do ano eleitoral.

Marcelo Carlini

JUIZ DE FORA: PROFESSORES PREPARAM GREVE PELO PISO NACIONAL

Com uma paralisação de 90% e assembleia lotada, os professores do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, decidiram, dia 29 de março, fazer uma nova paralisação com indicativo de greve no dia 7 de abril.

A luta, conduzida pelo Sinpro JF, é pela aplicação do índice de 33,24% do piso salarial nacional, que além de ser lei federal, na cidade, tem que ser aplicado linearmente para todos os níveis, uma conquista reinscrita no plano de carreira no ano passado.

A prefeita Margarida Salomão (PT) declarou na imprensa que reconhece o índice, mas depois de oito rodadas de negociação sem consolidar nenhuma proposta a categoria resolveu subir o tom e ampliar a pressão.

Nas palavras de uma professora na assembleia "elegemos Margarida, uma professora do PT, com a expectativa de que ela tenha sensibilidade para atender a categoria, mas não vamos ser cozinhados em fogo brando e esperar sentados. Vamos à luta pelo cumprimento da lei".

Plataforma da CUT para as eleições

Está faltando coisa aí!

O Trabalho entrevistou João Batista Gomes, o Joãozinho, da Executiva Nacional da CUT sobre a plataforma que a CUT discute para apresentar nas eleições deste ano.

O Trabalho – A Executiva da CUT iniciou a discussão sobre a Plataforma para as eleições de 2022 que será apresentada à Direção Nacional. Qual sua avaliação, pode comentar alguns pontos para nossos leitores?

Joãozinho - Essas eleições, sem dúvida, serão extremamente disputadas.

Engana-se quem acha que Bolsonaro está morto. Assim o movimento sindical deve estar armado para essa situação.

Estamos vendo estourar inúmeras greves no início desse ano, pois os trabalhadores não aguentam mais a situação, a inflação dispara, o desemprego só aumenta e os empregos que existem são extremamente precários. Além do combate às privatizações, é isso que devemos assinalar e dar todo apoio a essas mobilizações.

A Plataforma da CUT discutida em sua Executiva em 24 de fevereiro, traz pontos de avanço, como a luta pelo aumento geral de salários, reversão das privatizações, implantar reformas populares, defesa do SUS, da saúde pública e educação e aí vai. Mas falta uma coisa: quem fará tudo isso?

OT - E na Plataforma qual seria o ponto de ruptura com o governo Bolsonaro?

Jo - A CUT esteve na luta pelo Fora Bolsonaro, mas ao jogar peso na linha do impeachment, no terreno parlamentar, acabou, como pudemos ver, fragilizando a luta, pois ninguém acredita que esse Congresso poderia ir contra Bolsonaro.

Uma questão que infelizmente foi retirada da Plataforma da CUT e que foi aprovada no 13º CONCUT, foi a batalha para dar voz e vez ao povo, que é a Assembleia Nacional Constituinte. Uma necessidade, pois desde 1988, já foram mais de 100 emendas constitucionais, a Emenda 95 que congelou os gastos públicos por 20 anos, as contrarreformas da previdência e trabalhista. Enfim, tudo isso só pode ser enfrentado dando voz ao povo, pois mesmo com eleição de Lula, com este Congresso não se resolverão os problemas.

Outra questão importante que acho que está ausente é a defesa da autodeterminação dos povos. Posição tradicional da CUT, agora, diante da guerra contra a Ucrânia após a invasão das tropas russas, levantar essa bandeira é uma necessidade não só para os trabalhadores da Europa, mas para os povos de todo o mundo.

OT - Quais as tarefas da CUT para esse período?

Jo - A CUT tem que ocupar todo seu lugar na atual situação, dar todo apoio às greves e mobilizações em curso, estar junto com a classe trabalhadora. Deste ponto de vista, entendo que não é na "Conclat" – conferência nacional da classe trabalhadora – chamada para 7 de abril que isso vai ocorrer. Esta "Conclat" chegou na CUT, "como prato feito" cozido pelas cúpulas no Fórum das Centrais, que só serve para tentar enredar a CUT numa política de "consenso permanente", com propostas que não interessam aos trabalhadores.

A CUT tem que retomar o protagonismo junto à classe, esse é seu DNA, e não ficar construindo pautas em 4 paredes.

É muito grave a Federação do PT com PCdoB-PV!

Aprovada por 65% do DN, põe o partido em risco na zona de guerra

O Diretório Nacional (DN) do PT, no último dia 24, aprovou por maioria de 65% dos votos uma resolução da CNB-MPT-RS de "Conjuntura e Tática" que embutiu numa frase (!) a aprovação da Federação com o PCdoB e o PV (www.pt.org.br).

A manobra contornou a existência de um ponto específico a este respeito. Há cinco meses a Executiva discutia o assunto, antes com PSB agora PCdoB-PV, mas só o DN podia aprová-la.

Na sequência da pauta, a gravidade da decisão apareceu a todos na confusa adoção, também por maiorias, de resoluções de Calendário, Diretrizes e Normas Complementares, cuja publicação aguardamos, assim como a lista nominal solicitada dos votantes na Federação.

Com suplentes credenciados e facilitado o voto pelo modo virtual, 65% para CNB-MPT-RS fechados, mais dois grupos menores, não é muito, na verdade é um resultado fraco.

Alternativos ao projeto da maioria havia seis outras resoluções, mais de conjuntura. Os três votos do DAP (4,2% dos votos expressos) - Luiz Eduardo Greenhalgh, Misa Boito e Markus Sokol - foram para o único projeto que rejeitava uma federação pela famigerada lei 12.408 de 28/09/21 (ver OTs 895, 896 e 897), em particular esta com PV e PCdoB. Coube a Sokol fazer a defesa:

"Uma camisa de força no PT e uma monstruosidade jurídica

A presidente Gleisi Hoffmann submete ao DN – é seu direito - uma proposta de Carta-Programa para uma certa federação.

É nosso direito afirmar que só um congresso poderia deliberar, ao invés de uma coligação, uma Federação com o PCdoB e o PV em todos os níveis, na situação ou na oposição, na alegria e na tristeza, por no mínimo quatro anos. É uma violação da democracia de base que construiu o PT, distinta da democracia dos jantares elegantes dos partidos da elite e da democracia cinzenta daqueles partidos burocráticos superados pela história.

O DAP defende a coligação majoritária prevista na lei, com um programa de reconstrução e transformação ("democrático e antiimperialista", cf. o 6º e 7º Congressos do PT), do PT com o PSOL, o PCdoB, setores do PSB e do PDT, além de outros, personalidades, intelectuais e lideranças populares.

O DAP propõe rejeitar a proposta da Federação com o PCdoB-PV pela lei 12.408.

É a lei que capitula no seu Artigo 1º que *"a federação atuará como se fosse uma única agremiação partidária"*, cujo Parágrafo 1º reza *"aplicam-se à federação todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária"*.

Nenhum leguleio, nenhum estatuto tortuoso contornará os termos da lei que prevalece, apenas que será judicializada, e o PT exposto ao arbítrio dos juízes que legalmente mas ilegitimamente, exorbitam a democracia.

Nunca se viu, no concerto das nações, um juiz de paz, a seu arbítrio, julgar a separação de um casal, sequestrando a renda de uma das partes, interditando sua aparição em público e proibindo a parte de namorar por de quatro a seis anos. Pois é isso que está previsto na recente e nunca aplicada lei 12.408 de 28/09/21: a pena para o partido que sair da federação, a critério do TSE, é cassar o fundo partidário, suspender o rádio e TV e proibir a coligação majoritária nas duas eleições subsequentes. É uma monstruosidade jurídica!

Está em vigor, outros que queiram, para sobreviver ou por convicção, que se subordinem a ela. Mas não serve ao PT se meter nessa camisa de força reduzindo sua autonomia e hipotecando a sua independência por quatro anos, "autônomo" dentro da camisa de força.

O que diz a proposta de carta-programa?

Três vezes defesa da Constituição, **três** vezes Reconstrução, nenhuma vez, **zero**, Transformação, **zero** Revogação, **uma** Revisão da contrarreforma trabalhista (não Revogação), e **uma** dúvida (grafada "?") de Revisão da contrarreforma da Previdência. É o enlouquecido PT da camisa de força da federação.

E termina sobre as relações internacionais **sem** o consagrado Direito à Autodeterminação dos Povos. Aí é o putinismo autoral de quem defende a "guerra justa", o "ataque preventivo" da Rússia à Ucrânia. Não que a OTAN não tenha o colar de bases ameaçadoras à leste - à Rússia e à China – a OTAN que deveria ser dissolvida. Mas desprezar a Autodeterminaçãodos Povos não é o PT, não é Lula, que são contra a guerra e pela paz.

Numa frente cada partido é autônomo. Na federação já não é igual. Vota o que no parlamento a respeito? Se tem dois atos, contra e a favor, a federação vai em qual? Ocorreu proporem na CEN convencer o TSE a introduzir uma "liberação de votos". Mas a guerra na Europa não é tema de objeção de consciência individual, apenas, é questão de vida e morte para milhares. Como ficamos junto à opinião pública liberando geral?

No governo é o presidente eleito quem orienta e os ministros aplicam. Com essa guerra na Europa com enormes implicações na economia e na sociedade brasileira, o que fará o governo se for da Federação? Divergência grave, vamos deixar a bola para o TSE decidir o que pode ou deve ou não pode, se tem razão o PCdoB ou o PT?

As instituições políticas estão podres, merecem uma reforma política urgente. Mas feita pelos seus representantes eleitos, soberana e exclusivamente, em consulta ao povo. Não em remendosa cada dois anos, como essa federação conservadora de salvação desse sistema. Chega.

O TSE está nos empurrando isso com consulta apenas à alta cúpula dos partidos. Isso não vai passar, e se passar não vai dar certo.

Porque se está *"sentido o cheiro da nova estação, eu não vou voltar para o sertão"* (Belchior).

O PT continua!"

MG: Kalil (PSD) governador de Lula?

Ele "não quer nada com o PT"

Em Minas Gerais, segundo colégio eleitoral do país, a cúpula do PT articula a candidatura a governador de Alexandre Kalil (PSD), prefeito de Belo Horizonte, ex-presidente do Atlético.

Daniel Sucupira, prefeito do PT de Teófilo Otoni, e Jesus Lima, ex-prefeito de Betim, são candidatos. Mas à imprensa, Lula disse que "Kalil precisa de mim e eu preciso do Kalil".

Sucupira se lançou num ato de 400 petistas de todas as correntes, com deputados e diretórios. Ele se propõe a enfrentar as mineradoras (Vale) e as privatizações do governador bolsonarista Zema.

Kalil, desde seu primeiro mandato, diz que "não quer nada com o PT", é uma ducha fria na militância. Ampliou as Organizações Sociais na educação e na saúde, entregou parques e mercados ao setor privado, aumentou a terceirização, além dos conflitos com os sindicatos. Em greve, professores municipais em ato pacífico na Prefeitura, cobravam a aplicação do Lei do Piso quando chegou Kalil, e o choque da Guarda Municipal os agrediu com bombas de gás, spray de pimenta e cassetete. Vários ficaram feridos, um com traumatismo craniano.

Lula busca chapa com Kalil

O líder da bancada federal, Reginaldo Lopes, viaja pelo estado promovendo a sua candidatura ao Senado - seria o "acordo" com Kalil.

Correspondente

Para reconstruir e transformar

Debate presencial promovido pelo DAP compr

Na mesa do debate: da esquerda para a direita, Luiz Eduardo Greenhalgh, Markus Sokol, Paulo Moreira Leite, Misa Boito, Jussara Goes e José Genoíno

O debate "A crise das instituições econômicas, sociais e políticas e a Constituinte Soberana", promovido pelo Diálogo e Ação Petista no dia 19 de março, abre um novo momento dessa discussão. Presencial, o debate teve cerca de 130 militantes presentes e sua transmissão (pelo Facebook e Youtube) alcançou mais de 2.300 pessoas.

Presidido por Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP, e secretariado por Jussara Goes, da coordenação do DAP de São Paulo, o debate contou com quatro expositores iniciais: Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de Lula; José Genoíno, ex-deputado constituinte; Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT; e Paulo Moreira Leite, jornalista do Brasil 247. Teve ainda seis debatedores: Jilmar Tatto, secretário nacional de Comunicação do PT; Alessandro Soares, professor de Direito da Universidade Mackenzie; Edison Cardoni, da Confederação Democrática dos Servidores Públicos Federais (Condsef-CUT), Kris Mackleiny, da Juventude Revolução do PT; Marcelo Mendes, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco-Força Sindical; e René Munaro, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Florianópolis.

As falas compuseram um rico painel histórico, teórico e de intervenção prática: foram abordados a história das constituições brasileiras, o balanço da Constituinte de 87-88 e suas alterações (para pior) nesses 34 anos, os ataques aos direitos dos trabalhadores e dos jovens, as ameaças (muitas delas concretizadas) à soberania nacional, o genocídio do povo negro, a camisa de força da federação partidária à qual o PT se amarrou e, como não poderia deixar de ser, a guerra na Ucrânia. Como pano de fundo, a Constituinte Soberana, a palavra ao povo, na perspectiva de reconstrução e transformação do país.

Ao final, na melhor tradição do movimento operário, afirmando o caráter internacionalista do DAP e celebrando os 171 anos da Comuna de Paris (completados na véspera), os presentes, com os punhos erguidos, cantaram A Internacional.

(veja o debate na íntegra em www.petista.org.br)

Na abertura do debate plenário assiste mensagem do Chile

A experiência chilena

Luís Mesina, secretário-geral da Confederação de Sindicatos Bancários do Chile e participante ativo do movimento No+AFP (contra os fundos de pensão privados), enviou um vídeo ao debate. Nele, Mesina conta a experiência do processo constituinte no país, deflagrado a partir do "estallido" de outubro de 2019.

"Uma anomalia constitucional"

Luiz Eduardo Greenhalgh fez relato resumido das oito constituições brasileiras e das condições em que foram aprovadas. As de 1822 (Império), 1937 (Estado Novo), 1967 e 1969 (ditadura militar) não tiveram qualquer participação popular. Só nas de 1945-46 e 1987-88 o povo teve alguma presença, sujeita a muitos limites.

Greenhalgh salientou a manutenção da tutela militar na atual Constituição e as 118 emendas constitucionais que retiraram conquistas e direitos e atingiram fundo a soberania nacional. *"Vivemos uma anomalia constitucional"*, disse ele. *"Só não vê quem não quer a crise das instituições"*.

"Precisamos de uma Constituinte Soberana para revogar todas as medidas e contrarreformas desde o golpe de 2016", afirmou. *"Uma Constituinte para reconstruir e transformar o Brasil"*.

Greenhalgh refutou o argumento de que uma nova constituição poderia ser ainda pior do que a atual: *"Só com uma Constituinte Soberana podemos avançar. Eu não tenho medo da Constituinte"*.

"Adaptação à ordem"

José Genoino, deputado constituinte em 1987-88, considera correto o voto NÃO da bancada do PT àquela Constituição: *"Ela manteve a tutela militar, a ordem judiciária, a estrutura agrária, as comunicações, e deixou impunes os torturadores"*.

"A Constituinte não é assunto para hermeneutas e juristas", disse. Ele afirmou que o PT se adaptou à ordem constitucional de 88 e citou seu próprio caso: *"Vim da esquerda, fui ao centro"*.

"Sem rupturas, o processo vai nos domesticar. O PT só avançou quando foi à luta". Disse ainda que *"o poder emana da luta popular da luta de classe"*.

Sobre um novo governo do PT, Genoino foi claro: *"Nós não queremos ser eleitos para fazer menos. Não dá para governar com Banco Central independente, com tutela militar,*

ISTA PT
/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil http://petista.org.br

A NAÇÃO, CONSTITUINTE SOBERANA!

ova atualidade e necessidade dessa discussão

teto de gastos, prisão em segunda instância". São necessárias reformas profundas que só uma Constituinte Soberana pode promover.

"Cidadania é o direito da população à felicidade". Concluindo, Genoino disse: *"Revolução para nós não é aventura, é a superação das estruturas carcomidas"*.

"Só o povo salva o povo"

Markus Sokol lembrou o 171º aniversario do início da Comuna de Paris, ocorrido na véspera do debate: *"A bandeira vermelha foi criada na Comuna. E não sei se teremos democracia antes que a bandeira vermelha tremule"*.

Sokol mencionou as experiências constituintes recentes em vários países, como Venezuela, Equador, Bolívia, Chile e Peru: *"No Brasil, nunca houve uma Constituinte soberana"*. Mas lembrou que uma pesquisa feita em 2013 aferiu que mais de 80% dos entrevistados eram a favor e uma Constituinte, *"uma pergunta que nunca mais foi feita"*.

Falando sobre a Federação com PCdoB e PV em que o PT está entrando, ele disse que está sendo feita uma reforma política, *"mas sem povo. É uma aberração"*.

"Qual vai ser a posição dessa federação em relação à guerra na Ucrânia? Vamos apoiar a agressão russa, como os putinistas do PCdoB?", questionou.

Sobre o caráter soberano da Constituinte, *"só o povo salva o povo"*, finalizou Sokol, referindo-se a palavra de ordem da Revolução Mexicana de 1910.

"Barbárie escancarada"

Paulo Moreira Leite disse que o país está destruído, vivemos uma barbárie escancarada. Mas o povo quer mudanças. *"Lula saiu da cadeia porque não dava mais para segurar"*.

Diante da muito possível eleição de Lula, *"para a qual todos devemos nos empenhar"*, ele afirmou: *"Nós vamos precisar de uma Constituinte para revogar as medidas dos golpistas. Esta é uma perspectiva realista. Há momentos em que o que parece mais difícil é o mais fácil"*. Completou: *"Como vamos revogar as medidas dos golpistas, votando uma a uma?"*

"Precisamos de mais Estado, mais planejamento, mais investimentos sociais", disse, ressalvando que isso só será possível com profundas mudanças políticas.

Ele também falou sobre as 118 emendas constitucionais, que pioraram muito a atual Constituição, e sobre o papel do Judiciário, *"um poder não eleito, mas acima dos demais"*.

"Por que as guerras?", perguntou. *"Porque é momento de rapina"*, uma afirmação muito apropriada à atual guerra na Ucrânia.

Debatedores enriquecem a discussão

Os seis debatedores que falaram após as exposições iniciais trouxeram, cada um, contribuições importantes, advindas de suas próprias experiências.

Jilmar Tatto afirmou que saía do debate mais convencido da necessidade de uma Constituinte. *"A Constituição de 88 não mexeu na estrutura do Estado. Há reformas que só poderão ser feitas com uma Constituinte, como a militar e a do Judiciário"*. Ele falou sobre a possibilidade de um plebiscito popular sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Alessandro Soares, estudioso das constituições brasileiras, afirmou que a esperança de mudanças foi-se diluindo, *"vamos nos acomodando, achando que nossos inimigos estão se domesticando, quando somos nós que acabamos domesticados"*. Ele disse que hoje o Judiciário faz reformas sem qualquer discussão ou participação popular.

Edison Cardoni lembrou que o movimento dos trabalhadores conseguiu evitar a 119ª emenda constitucional, barrando a reforma administrativa de Bolsonaro. Ele lembrou que a Condsef aprovou em congresso a luta pela Assembleia Nacional Constituinte e defende que a proposta seja incluída nas plataformas que o movimento sindical endereçar a Lula.

Kris Mackleiny falou sobre a situação dramática dos jovens sob o governo Bolsonaro: desemprego, dificuldade de prosseguir nos estudos, violência. *"Mas a juventude resiste"*, disse, citando, além do Brasil, países como o Chile e a Colômbia. *"A Juventude Revolução do PT defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana"*, completou.

Marcelo Mendes mostrou com dois exemplos como, mesmo sem emendas constitucionais, algumas conquistas da atual Constituição vão sendo solapadas: *"Criam banco de horas para burlar a semana de 44 horas e entregam serviços de saúde às Organizações Sociais para enfraquecer o SUS"*. Ele defendeu que os deputados do PT, assim como Lula, devem defender a Constituinte.

René Munaro falou da greve vitoriosa dos servidores municipais de Florianópolis e das perseguições e ameaças que ele, como presidente do sindicato, sofre por parte da prefeitura e do judiciário. *"Mas é necessário um movimento muito maior e mais forte para fazer as reformas que queremos. É preciso dar vez e voz ao povo"*.

Saúde, companheiros!

Três dos debatedores convidados não puderam comparecer por problemas de saúde, deles ou de familiares.

São eles Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Condsef; Regina Lúcia Santos, coordenadora do Movimento Negro Unificado-MNU de São Paulo; e Julio Turra, do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI.

Desejamos a todos e todas pronta recuperação.

O debate continua

No encerramento do debate, Misa Boito lembrou que não era objetivo esgotar a discussão e que esta deve continuar. Ela fez um apelo aos grupos de base do DAP para que assumam esta tarefa.

Os grupos de base dispõem do caderno "A palavra ao povo", elaborado pelo Comitê Nacional do DAP, para ajudar na discussão.

Bom trabalho!

As consequências da guerra na Europa

Para finalizar a atividade, Misa Boito fez, em nome do DAP, um convite para um novo debate, com Lucien Gauthier, dirigente do Partido Operário Independente-POI da França, no dia 18 de abril. O tema é "A guerra na Ucrânia e as consequências na Europa".

O POI, com o Partido dos Trabalhadores da Argélia, coordena o Acordo Internacional dos Trabalhadores (AcIT), que constituiu em uma Conferência Internacional (Argel, 2017) o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI. O DAP, que é aderente do AcIT, é representado no CILI por Julio Turra e Luiz Eduardo Greenhalgh.

O debate, presencial, será realizado na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro, São Paulo) e começa às 19 horas.

Anotem esta data na agenda e convidem seus amigos!

Contribua com o DAP

Para manter nossa independência política, contribua: é só um cafezinho. Como o PT fazia.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 0454
Operação: 013
C. Poupança: 00013198-0
Em nome de Paulo Farias
(CPF: 469.415.410-91)

A guerra e seus efeitos no Brasil

Dólar cai, commodities sobem, inflação dispara, especuladores comemoram e o povo passa fome

As cenas de famílias brasileiras na "fila do osso", que já vinham de antes, resultado do desastre econômico bolsonarista, tendem a se agravar com a invasão russa da Ucrânia.

Juntos, os dois países fornecem, dentre outros produtos, cerca de 30% do trigo, mais de 50% do óleo de girassol e 20% do milho comercializados mundialmente. Rússia e Belarus (país vizinho, envolvido indiretamente na invasão) detém 40% da produção mundial de potássio, essencial para fertilizantes.

Os combates no território da Ucrânia e as sanções impostas pelos EUA à Rússia e Belarus interrompem a produção, transporte e comercialização, provocando altas em nível mundial, num cenário em que já havia um quadro de inflação nos preços dos alimentos.

No mercado internacional, entre 24 de fevereiro, início da invasão, e a primeira quinzena de março, subiram os preços do trigo 66%, do óleo de girassol 40% e do milho 33%. Os fertilizantes aumentaram, em média, mais de 30%.

Chorando lágrimas de crocodilo, Antonio Guterres, Secretário Geral da ONU, a promotora de guerras, protetora do sistema imperialista, declarou que "nenhum país será capaz de se isolar de um colapso do sistema econômico global, do efeito dominó de acumular alimentos ou combustíveis, ou do impacto de longo prazo do aumento ... da pobreza e da fome".

Marley Lima

O preço dos combustíveis disparam. Nesta foto, posto de abastecimento em Roraima

Impactos no Brasil

O Brasil importa 60% do trigo e 80% do fertilizante que consome. É forte a dependência da Rússia, de onde vem cerca de 23% de todo o fertilizante aqui utilizado, sendo 90% particularmente do potássio. A maior parte do trigo vem da Argentina mas, em todos os casos, os preços de importação em dólar estão subindo porque acompanham o mercado mundial.

A queda do dólar frente ao real é resultado da entrada de dinheiro especulativo que vem se beneficiar da subida dos juros imposta pelo Bacen subordinado ao mercado financeiro. Isso compensa um pouco as altas dos preços internacionais, mas não o suficiente. Cresce, portanto, a pressão para aumentos nos produtos de primeira necessidade, agravando a insegurança alimentar que já atinge cerca de 25% das famílias brasileiras.

Em outra ponta, o preço internacional do petróleo bruto subiu 30% em duas semanas de guerra. Depois caiu e está num patamar cerca de 13% acima do que era em 24 de fevereiro. No Brasil, porém, os combustíveis subiram e permaneceram lá em cima, com aumentos recentes de 18% na gasolina, 25% no diesel, 16% no gás de cozinha, impactando toda a cadeia produtiva.

A guerra ocorre num período em que o sistema Petrobrás sofre, desde o golpe de 2016, com a política de desinvestimento de Temer-Bolsonaro e, por isso, está sem meios para evitar ou amenizar as consequências das altas internacionais.

De um lado, a empresa é hoje exportadora de óleo cru, amputada de suas refinarias - sucateadas e privatizadas - e de sua distribuidora de gasolina e gás. A política de preços acompanha o mercado internacional praticamente dolarizando o custo dos combustíveis internamente.

Sob a égide dos golpistas, o Brasil se tornou importador de derivados de petróleo: 30% de gás liquefeito, mais de 30% de diesel e 20% da gasolina, mercado altamente lucrativo operado por centenas de empresas privadas. Neste ponto é preciso lembrar que uma das razões da guerra é a pretensão dos EUA exportarem seus excedentes de Gás Natural Liquefeito, extraído de xisto, não apenas para a Europa, substituindo o gás russo, mas também para o Brasil - o porto de Santos já está sendo preparado, na mira da privatização, para recebê-lo.

Por outro lado, três fábricas de fertilizantes da Petrobrás foram fechadas ou privatizadas (na Bahia, Sergipe e Paraná) e foi paralisada a construção de outras três, no Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais. Com isso, Temer-Bolsonaro deixaram o Brasil completamente dependente sendo, hoje, o único país do mundo que possui uma extensa produção agrícola, mas não tem autonomia em fertilizantes.

E do mesmo modo que usou a pandemia para "passar a boiada" nos direitos, Bolsonaro quer usar a guerra para autorizar a exploração do potássio em terras indígenas, na Amazônia e em assentamentos da reforma agrária (ver OT 897).

Edison Cardoni

PT-BA

NÃO À GUERRA
Salvador, 31 de março, Lula durante lançamento da pré-candidatura de Jerônimo Rodrigues ao governo da Bahia.

Caindo no conto do invasor

Há quem queira transformar a guerra em uma luta contra o imperialismo

A eclosão da guerra abriu um baú na esquerda de onde saíram saudosistas do período da "guerra fria". Principalmente nas redes sociais, mas não só, abundam textos e postagens que, ao fim e ao cabo, justificam a invasão da Ucrânia, como uma ação do governo russo contra o imperialismo estadunidense e que deve ser apoiada. Contra Biden, vão de Putin. A grande mídia se alinha com a política da Otan, Biden e União Europeia e setores da esquerda e da mídia alternativa, com o governo invasor de Putin.

Divulgado, pelo MST, sem nenhuma apreciação, a não ser a recomendação *"importante leitura, o que dizem os russos"* um texto de Vyacheslav Tetekindo do Partido Comunista da Federação Russa (KPRF), em 14/03, 19 dias depois do início da guerra afirma: *"A Rússia não vai ocupar a Ucrânia. O objetivo da operação é a libertação da Ucrânia dos nazistas e sua neutralidade (recusa à adesão à Otan). A tática das tropas russas é, enquanto atacam instalações militares, minimizar as perdas da população civil e do exército ucraniano, a fim de evitar a destruição da infraestrutura civil (!!?)"* (texto publicado no site Rondó da Liberdade). É o que se vê?

O Tutaméia divulgou entrevista do deputado Dmitry Novikov (KPRF). Assim como Putin, que proibiu, chamar a guerra de guerra, o deputado diz que a *"operação militar especial"* tem *"dois principais objetivos: são a desmilitarização e a desnazificaçao da Ucrânia" a ideologia nazista no território da Ucrânia hoje é a ideologia reinante"*. Pronto está justificada a invasão e guerra! (sobre isso ver "Verdades e mentiras sobre o fascismo na Ucrânia" www.otrabalho.org.br)

O alinhamento do KPRF com Putin, divulgado aqui por órgãos da esquerda, não corresponde ao que pensam os que na Rússia, apesar da repressão, estão chamando a guerra de guerra e protestando contra ela.

Nem Biden e Otan, nem Putin

Uma posição independente no interior do movimento operário é fundamental para lutar contra esta guerra onde *"não se sabe quantos milhares estão mortos e feridos, mas há mais de 3 milhões de fugitivos da Ucrânia em três semanas de invasão unilateral, ordenada por Vladimir Putin"*. *"Nenhuma geopolítica, nem a de Putin nem a de Joe Biden, nenhum neonazismo ucraniano — ou o neoczarismo russo; ou ainda o golpismo orquestrado por Donald Trump no assalto ao Capitólio — pode justificar essa guerra por mercados e lucros. Não há lado bom nessa disputa intercapitalista. Não há um 'campo progressista'. Há uma nação refém da disputa, a Ucrânia [...]: cabe aos ucranianos decidirem, democrática e soberanamente, o seu destino. A autodeterminação não é um princípio vago. É um valor que diz respeito a todas as nações. Que Putin retire suas tropas da Ucrânia. Que a voz dos povos que não querem guerras seja ouvida"*. (Artigo de Markus Sokol, FSP 20/03)

100 anos do PCB nos 58 anos do golpe de 1964

A Oposição de Esquerda lutou contra a sua destruição

O golpe de 31 de março, este ano, coincide com a semana do centenário de fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 25 de março de 1922. Principal artífice da derrota sem combate face ao golpe militar de 1964, pela criminosa política de colaboração de classes com a "burguesia nacional progressista", o velho PCB – responsável nesta medida pela tragédia que vitimou seus quadros, e principalmente os soldados, operários e camponeses engajados - estaria comemorando 100 anos.

Fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 25 de março de 1922. De pé, da esquerda para a direita: Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva. Sentados, da esquerda para a direita: Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro.

Estaria, por que nunca mais se levantou da derrota e acabou. Assim como a sucessão de feitos do "grande organizador de derrotas", o ditador Josef Stalin na URSS, que já havia terminado uma década antes com a gloriosa Internacional Comunista dos primeiros anos com Lenin e Trotsky, transformada num escritório (Cominform) da diplomacia da "coexistência pacifica" contrarrevolucionária do Kremlin, submetendo todos os seus partidos à teoria dos "campos".

Segundo ela, tal como Putin depois, todos os ditadores secretários-gerais antes dele, foram o "campo progressista", "antiimperialista". Na verdade, eles foram aprofundando sua política até o fim da URSS, em 1991, quando o privatista Gorbachev e o bêbado Yeltsin deram os passos para vir a restaurar, na maior medida, o "semi-imperialismo" (segundo Lenin e Trotsky) da Rússia pré-revolucionária. Instalaram Putin da ex KGB no poder e o autocrata não largou mais.

Prestes em 1964: "estamos no poder"

Aqui, o partido do cinquentenário secretário-geral do PCB, o capitão Luis Carlos Prestes, desarmou o movimento sindical, camponês e estudantil, frente ao golpe militar pró-imperialista que se preparava desde 1961, claramente desde 1963. O PCB era encabrestado com o governo Jango, pois "estamos no poder, e se a reação levantar a cabeça será esmagada", disse Prestes pouco antes do golpe. Não organizou qualquer resistência, confiando no "dispositivo militar"... das Forças Armadas!

A partir daí, o PCB definhou de racha em racha. Grupos e subgrupos levaram parcelas dos militantes a formações foquistas, castristas e outras. Predominou o vanguardismo da luta armada descolado das lutas das massas. Uma geração quase foi liquidada.

O PCB vegetou até pouco depois da volta das suas anistiadas cabeças do exílio dourado no leste europeu, até ser dissolvido na forma de um PPS, pelo secretário-geral trintagenário, Roberto Freire, em 1992. Um grupo reconstituiu e manteve uma organização pequena, mas real, com a sigla do PCB até hoje. A pretensão do racha maoísta de 1962, o PCdoB, de ser ele o PCB, é mais uma fraude histórica.

Por outro lado, a Oposição de Esquerda, futura 4ª Internacional, havia combatido desde 35 anos antes do golpe, a degeneração stalinista nos anos 30. Mas propagandistas e historiadores de araque tentaram cancelar a Oposição de Esquerda do PCB, assim como os anarquistas e outros socialistas do período. No PCB, a brutalidade stalinista expulsou militantes que divergiam, dissolveu reuniões e sabotou iniciativas que não controlasse. Não era admitido, regimentalmente, "casamento com trotskistas", conforme o depoimento de Lélia Abramo, presidente do Sindicato dos Artistas e fundadora do PT, do qual o filiado nº 1 foi Mario Pedrosa. Pedrosa tinha sido o líder da Oposição no Brasil e veio a ser o delegado da América Latina no congresso de fundação da 4ª Internacional em 1938, clandestino nos arredores de Paris, com Trotsky ainda vivo, às vésperas da 2ª Guerra.

O que tem tudo a ver porque a classe operária é internacional e o PCB nasceu como seção da Terceira Internacional (a IC) que, stalinizada, desarmou revoluções ao redor do planeta, inclusive frente aos golpes militares dos anos 60/70 na América Latina: na Bolívia, no Peru, na Argentina e no Chile. Cada um ao seu modo, todos na linha da "revolução por etapas". Tanto que a revolução cubana foi contra o PSP stalinista local ligado ao ditador Batista.

E afinal, no Brasil, ambos, PCB e PCdoB, tentam inviabilizar a construção do partido de massas de trabalhadores independente, o PT, e da central sindical, a CUT. Ambos deram entusiástico apoio ao governo José Sarney. Mas o próprio movimento operário, forjado na luta de resistência contra a ditadura - com ajuda de trotskistas e vários outros grupos, com proeminentes sindicalistas e também religiosos - por seu próprio movimento, criou um caminho para expressar a representação independente da classe operária. Nesse sentido, o golpe vitorioso de 64, foi derrotado anos depois.

Mas vamos por partes, não nos creiam apenas nas nossas palavras. É muita informação e bastante análise necessária, sobretudo para as jovens gerações, numa questão de impressionante atualidade.

Recomendamos, por isso, ler e estudar o artigo de Everaldo Andrade, professor de História da USP e membro do Conselho da Fundação Perseu Abramo, junto com Markus Sokol, membro da Executiva Nacional do PT, publicado no site de O Trabalho (abaixo).

João Alfredo Luna

"A FUNDAÇÃO DO PCB

A batalha que levou à fundação do PCB passou pela greve geral de julho de 1917 em São Paulo e outras cidades. Enfrentamentos com a polícia desencadearam a repressão, muitos imigrantes foram presos ou deportados, sedes fechadas e jornais proibidos. Era a crise da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se expressava diretamente na luta de classe, o mesmo movimento que derrubava o Império Russo do czar Nicolau II e levou à construção da República dos Sovietes (Conselhos), a partir de outubro de 1917.

Essa ruptura de impacto mundial levou à fundação da Terceira Internacional, a Internacional Comunista (IC), em 1919, com a boa parte da falida Segunda Internacional cujos dirigentes apoiaram na guerra as respectivas burguesias – alemã, francesa, russa etc. – violando o princípio da "Direito à Autodeterminação dos Povos". Agora, se propunha uma nova Internacional Comunista distinta da Social Democracia, com a formação de "seções", partidos comunistas, em cada país. Nessa onda vem à luz o PCB.

O movimento operário brasileiro soube tirar proveito e uma nova geração de militantes vai surgir. A greve geral de 1917 vem na esteira da crise econômica e do exemplo da Revolução Russa de 1917. As ações ("quarteladas") no seio do exército do "movimento tenentista" – movimento heterogêneo de jovens oficiais insatisfeitos com o regime - mostravam uma crescente tensão popular na cidades e a crise do sistema político oligárquico ("café-com-leite", SP e MG), que seria virado no levante de 1930 ('revolução de 30').

Antes, no 1º de Maio de 1919, milhares desfilaram nas ruas do Rio com vivas à Revolução Russa, várias greves ocorreram em Recife (PE) e em Salvador (BA). A fundação formal oficial do PCB será no congresso dos dias 25 a 27 de março de 1922, com 9 delegados, operários e intelectuais do Rio, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, representando 130 militantes."

https://otrabalho.org.br/100-anos-depois-do-partido-comunista-brasileiro-pcb/

Guadalupe: jornada em defesa de Domota

Em 7 de abril, sindicalista, vítima de perseguição política, vai a julgamento

Elie Domota, de Guadalupe (colônia francesa no Caribe), vítima de intensa perseguição política, tem julgamento marcado para 7 de abril, dia em que acontece uma jornada internacional em sua defesa.

Domota é ex-secretário geral da UGTG (União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe - central sindical majoritária no país) e porta-voz do LKP (Coalizão contra a Exploração). A partir da metade de 2021 foi formado o Coletivo das Organizações em Luta, por iniciativa do LKP, que reúne 50 organizações sindicais, populares e culturais, na esteira de largas mobilizações, que chegaram a uma greve geral em janeiro deste ano. As mobilizações cresceram contra medidas do governo colonial francês – representante do governo Macron - como a imposição de passe vacinal obrigatório e ataques a direitos trabalhistas e de organização e expressão (ver OT 895).

O governo colonial se nega a estabelecer diálogo e negociações com os representantes das mobilizações, e a polícia responde com extrema violência. Contra Domota, e outros companheiros que se manifestavam pacificamente na maior cidade de Guadalupe Pointe-à-Pitre (há vídeos), a polícia usou gás no rosto e espancamento. Os manifestantes chegaram a ser arrastados pelo chão, algemados. Domota foi preso e libertado horas depois, após uma intensa mobilização popular.

Em 7 de abril nas embaixadas francesas em vários países, bem como em Paris e em Guadalupe, vai ocorrer uma jornada de luta. Dezenas de organizações e personalidades já aderiram à campanha pela retirada das acusações contra Domota. A perseguição a ele é um ataque ao conjunto da classe trabalhadora.

Mensagens em defesa de Elie Domota devem ser enviadas para:

- **Prefeitura de Guadalupe**
courrier@guadeloupe.pref.gouv.fr
- **Ministro do Interior**
darmanin.geral@interieur.gouv.fr
- **Ministro da Justiça – secretária geral do Gabinete**
veronique.malbec@justice.gouv.fr

➲ **Enviar cópia das moções para:**
julioturra@cut.org.br

Tiago Maciel

Elie Domota

Por uma Conferência Europeia de Emergência

Abaixo a guerra! Nem a Rússia de Putin, nem a OTAN!

Não à união nacional com os governos belicistas!

Abaixo trechos do chamado à conferência para 9 de abril:

"A Nova Corrente de Esquerda (NAR) e o Partido Operário Independente (POI) estiveram engajados, na Grécia e na França, por vários meses, na batalha para estabelecer uma ligação entre os trabalhadores e militantes confrontados em toda a Europa a uma ofensiva sem precedentes contra todas as conquistas da classe trabalhadora quando, em 24 de fevereiro, a guerra irrompeu.

Dirigimo-nos a todos os militantes, grupos e organizações:

• Que se recusam a ser arrastados para a guerra lançada pela Rússia, pelos EUA e pela Otan, uma guerra que o povo não quer;

• Que recusam a união nacional exigida pelos governos empenhados na liquidação de todas as conquistas sociais.

Desde a invasão militar da Ucrânia em 24 de fevereiro, muitas cidades estão sendo bombardeadas pela artilharia de Putin (...). Por sua vez, os governos sob o comando da Otan (incluindo os governos francês e grego) estão enviando dezenas de milhares de soldados para as fronteiras da Rússia e da Ucrânia.

Os EUA, a União Europeia e a Otan têm constantemente apoiado a oligarquia ucraniana, responsável pela pilhagem, pela decomposição do país, condenando o povo ucraniano à pobreza e à emigração. Enquanto Putin agitava o nacionalismo grão-russo contra o povo ucraniano, eles apoiavam governos pró-capitalistas na Ucrânia, governos que legitimavam o período de ocupação nazista. Isto, é claro, não justifica de forma alguma a invocação do governo russo da "desnazificação" da Ucrânia, que é claramente um pretexto para satisfazer seus interesses geopolíticos e econômicos.

O governo dos EUA e seu braço armado, a Otan, amarram todos os governos da UE aos seus tanques (...). Os governos são solicitados a aumentar os orçamentos de armamento a um ritmo não visto na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (...).

A guerra na Ucrânia marca o início de um novo período em que as rivalidades entre capitalistas levarão cada vez mais ao uso de armas. A intensificação dessas rivalidades ameaça a própria sobrevivência da humanidade.

As alegações dos EUA e dos Estados membros da UE contra a Rússia são de uma total hipocrisia: foram essas forças que contribuíram para a desintegração da Iugoslávia (...); foram eles que invadiram o Iraque e tantos outros países (...).

Nem o povo russo nem o povo ucraniano querem a guerra

Na Rússia, apesar da repressão e de dezenas de milhares de prisões, a população, os jovens, as mães estão se manifestando com uma coragem incrível contra a guerra (...).

Manifestações contra a guerra acontecem na Itália, Espanha, Grécia, França. Na Alemanha, protestos em massa pedem a paz enquanto o governo Scholz rearma o país (...). Os governos a serviço do capital exigem a união nacional por causa da guerra" (...).

Eles pedem a união nacional, enquanto a liquidação de milhões de empregos está sendo preparada.

Eles exigem a união nacional, enquanto a guerra e as sanções contra a Rússia levam à especulação e à explosão dos preços das matérias-primas e dos bens de consumo.

Eles pedem a união nacional na tentativa de amordaçar os trabalhadores e suas organizações (...). Com a união nacional, os governos exigem que os trabalhadores abram mão das reivindicações e das liberdades.

Nós dizemos: esta guerra não é nossa, ela está sendo travada pelos interesses dos trustes e das multinacionais. Os povos não têm nada a esperar, nada a ganhar com a competição imperialista, com os governos belicistas, onde quer que estejam.

Apesar da propaganda e das pressões de todos os tipos, nós combatemos, face aos governos e aos capitalistas, para que prevaleça a independência de nossas organizações operárias e para que elas se neguem a renunciar às reivindicações, pela defesa de todas as conquistas sociais e liberdades, lutando por um futuro melhor em outra sociedade.

Devemos contribuir, em cada país do Velho Continente, para ajudar os trabalhadores a rejeitar a união nacional, a reagrupar-se no terreno de classe para derrotar os planos da chamada "reorganização" da produção e das relações sociais (...). Somente por meio da luta constante contra "o inimigo em nosso próprio país", contra o capital e os governos a seu serviço, os trabalhadores poderão parar a espiral infernal e conquistar a paz.

No momento em que a guerra e seus horrores estão mais uma vez no coração da Europa, é urgente nos reunirmos e discutirmos lutas comuns contra os governos belicistas, promotores das mais terríveis destruições sociais.

É por essa razão que convocamos militantes, grupos, organizações, para uma conferência de emergência contra a guerra.

- **Abaixo a guerra!**
- **Fim dos bombardeios!**
- **Retirada das tropas de Putin da Ucrânia!**
- **Fim imediato da escalada militar Otan-EUA-UE!**
- **Não aos programas de armamento!**
- **Nem a Rússia de Putin nem a Otan!**
- **Abaixo os governos belicistas!"**

(íntegra em www.otrabalho.org.br)

Guerra na Ucrânia eleva a pobreza e a fome

Consequências para as populações poderão se estender por décadas

Em pouco mais de um mês, a guerra na Ucrânia já causou mortes e destruição de infraestruturas em níveis gigantescos. Além do horror atual, os reflexos da ofensiva russa sobre a vida das populações poderão se estender por muitos anos.

De acordo com estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 90% dos ucranianos poderão ir para baixo da linha da pobreza se o conflito se mantiver. O país sofreria um atraso de décadas, "deixando profundas cicatrizes sociais e econômicas para as gerações futuras", segundo o organismo (UOL, 16/3).

No pior cenário projetado pelo PNUD, a queda do produto interno bruto (PIB) ucraniano em decorrência da guerra pode ser comparada à registrada na Líbia, onde a intervenção imperialista (disfarçada de combate de "rebeldes" contra o regime de Kadafi) levou ao virtual esfacelamento do país.

A guerra já causou o fechamento de pelo menos metade das empresas ucranianas, com a outra metade tendo de trabalhar bem abaixo de sua capacidade. O fim dos combates é uma necessidade para a própria sobrevivência, em condições dignas, da população.

Getty Images

Os ataques russos obrigam civis ucranianos a se deslocarem para outras regiões

Deslocamentos forçados

Um efeito bem visível do conflito é a fuga de pessoas para outros pontos da Ucrânia ou para países vizinhos. Em um mês, 3,7 milhões de ucranianos foram para outras nações, naquela que é considerada a maior onda de migração na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Os deslocados internos são mais de 6 milhões.

Se os deslocamentos forçados já trazem em si vários riscos, a situação afeta particularmente as crianças. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) calcula que 4,3 milhões de crianças, mais da metade da população infantil de 7,5 milhões na Ucrânia, teve de se deslocar (Estadão, 27/3). Os que saíram de seus locais de moradia se dividiram entre outros pontos do país (2,5 milhões) e países vizinhos (1,8 milhão). Para muitas dessas crianças, os traumas são de difícil recuperação.

A essas consequências sociais graves soma-se o custo econômico para a recuperação da situação, que será gigantesco.

Efeitos das sanções

Na Rússia, as sanções decididas pelas potências ocidentais levaram à queda da cotação da moeda (rublo) e à alta das taxas de juros. Os produtos provenientes do exterior que ainda estão disponíveis são vendidos até 40% mais caros. É o caso do material médico, por exemplo. Além disso, grandes empresas estrangeiras fecharam as portas no país, o que causou dezenas de milhares de demissões e o agravamento de problemas sociais.

As sanções poderão causar também, em médio prazo, uma crise global, com o aumento da fome, em razão do abalo nas vendas de grãos. Rússia e Ucrânia responderam, nos últimos cinco anos, por 30% das exportações mundiais de trigo e 75% das exportações de óleo de girassol, para ficar em dois exemplos. Com a guerra, essas vendas estão comprometidas, o que provoca escassez dos alimentos e alta de preços.

Cláudio Soares

"O que a Otan fez ao meu país em 1999"

Em depoimento, militante da Sérvia fala das agressões imperialistas

O retorno às privatizações no que era a República Socialista Federativa da Iugoslávia não poderia ter acontecido sem a desintegração do Estado, constituído por seus diferentes povos, que lutavam por uma sociedade socialista; luta travada não só contra o fascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, mas também por justiça social, pelo socialismo e pelos direitos de todos os seus povos.

O imperialismo apoiou, e muitas vezes instalou, facções nacionalistas que provocaram guerras fratricidas em resposta a greves e manifestações de trabalhadores contra o processo de desmantelamento da propriedade social e contra a guerra. Finalmente, interveio diretamente por meio de sua organização militar, a Otan, pela primeira vez na Bósnia-Herzegóvina em 1995, e depois bombardeando a Sérvia de 24 de março a 10 de junho de 1999.

Slobodan Milosevic, então presidente da Sérvia, governou com métodos ditatoriais [...]. Para o imperialismo estadunidense, ele não promoveu com a rapidez suficiente as privatizações e a retirada dos direitos sociais herdados do socialismo. Milosevic temia a reação dos trabalhadores que se recusavam a ir à guerra contra seus companheiros de outras nações e dos trabalhadores que defendiam os direitos sociais adquiridos. O imperialismo dos Estados Unidos, com pressa, usou a força militar direta da Otan. Essa intervenção foi realizada sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

"Tapete de bombas"

Nos primeiros dias, alvos militares foram bombardeados, mas muito rapidamente os bombardeios se espalharam para instalações civis. [...] A Rádio e Televisão da Sérvia (RTS) foi alvejada, o que matou 16 funcionários. O regime de Milosevic também foi responsável por esse crime, pois tinha informações de que a RTS seria um alvo, então a direção da TV fugiu e os trabalhadores foram deixados ao abandono.

A embaixada chinesa foi atingida e durante essa operação vários cidadãos chineses foram mortos. O Centro Clínico Dragisa Misovic, a Clínica de Neurologia, o Centro de Doenças Pulmonares Infantis em Belgrado, o Centro de Gerontologia em Surdulica e muitos outros centros de saúde também foram bombardeados, o que causou a morte de mais de cem pacientes e funcionários [...].

Sob a ameaça de bombardeio indiscriminado de cidades, do chamado "tapete de bombas", e a pressão diplomática conjunta dos Estados Unidos e da Rússia, a Sérvia assinou com a Otan o acordo de Kumanovo, que previa a retirada do exército iugoslavo do Kosovo e a entrada das tropas da Força do Kosovo (Kfor), sob o comando da Otan.

Eu vi tanques e outros veículos blindados entrando em Pristina (capital do Kosovo – NdT) com a insígnia da Otan. Alguns dias depois, removeram essa insígnia e a substituíram pela da Kfor. O mesmo exército que invadiu tornou-se o exército da força internacional que fez o papel de pacificador.

O comandante da Kfor tinha o poder de atribuir a quem quisesse, para uso sem compensação, tudo o que era propriedade do Estado. Foi assim que ele adquiriu a propriedade de muitas empresas estatais por meio de corrupção [...].

O número total de vítimas civis do bombardeio da Otan nunca foi determinado. As estimativas variam de 1.200 a 4 mil vítimas. A maioria dos civis foi morta por bombas de fragmentação de urânio empobrecido, cujo uso é proibido [...].

No ano seguinte, o regime de Milosevic caiu, diante das manifestações de massa. Infelizmente, o descontentamento da população foi usado pela facção pró-Estados Unidos, que havia sido previamente treinada e amplamente financiada pelo imperialismo estadunidense e por países da Europa Ocidental. Essa facção tomou o poder na Sérvia. A propriedade social foi retirada da Constituição e o processo de desmantelamento da propriedade social foi acelerado [...].

Isso é o que a Otan e o imperialismo dos Estados Unidos fizeram ao meu país.

Nebojsa, correspondente do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) na Sérvia

Guerra: “Não queremos ser cúmplices”

O combate à invasão da Ucrânia é um divisor de águas no movimento operário

USB

“Da Toscana, pontes de paz, não voos de guerra”

O movimento operário internacional, e não só os povos ucraniano e russo, está chamado a rejeitar o jogo da guerra, jogado entre Otan, Putin e União Europeia. Um divisor de águas na luta da classe trabalhadora para livrar a humanidade da barbárie oferecida pelo capitalismo, o rechaço à guerra manifesta-se em vários países da Europa. Num combate que é, ao mesmo tempo, aos seus próprios governos. Trabalhadores, organizações e dirigentes políticos dizem Não à Guerra!

Na Itália os trabalhadores do aeroporto de Pisa se recusaram a embargar carga para a Ucrânia que, travestida de ajuda humanitária (remédios e alimentos), na verdade era de armas, munições e explosivos.

“Uma terrível supresa que confirma o clima de guerra para o qual o governo Draghi está nos arrastando”, diz o sindicato USB (União Sindical de Base), alertado pelos aeroportuários.

Os estivadores de Livorno, o porto mais próximo de Pisa, se solidarizaram com os trabalhadores do aeroporto condenando *“uma propaganda de guerra que faz-nos acreditar que para obter a paz, devemos enviar armas para a Ucrânia. Nós estivadores recusamos tudo isso. Estamos ao lado dos trabalhadores da Ucrânia, Donbass e Rússia e não queremos ser cúmplices neste conflito”*.

Na Inglaterra a coalizão Stop the War, criada em 2001 durante a guerra do Afeganistão, da qual participam deputados do Labour Party, ligados a Jeremy Corbyn, em manifesto afirma o direito à autodeterminação do povo ucraniano e conclama a unidade *“para combater a postura agressiva do governo britânico”*.

Na Alemanha, o ex-dirigente do Partido Social-Democrata (SPD), rompe com o Die Linke (A Esquerda), partido que fundou em 2007, em função da posição sobre a guerra (ver abaixo).

GRÉCIA

13 de março: Manifestação no porto de Alexandroupolis, convocada pela coordenação anti-guerra de Evros que reúne organizações políticas entre as quais a NAR (Nova Corrente de Esquerda) e o KKE (Partido Comunista da Grécia), sindicatos de professores e ativistas anarquistas. Alexandroupolis é uma nova base da OTAN desde outubro passado, com o acordo estratégico greco-americano. Em Larissa, cidade sede do comando da OTAN na Grécia, também no dia 13 ocorreu uma manifestação. O representante regional do movimento Motim para Mudança, Stathis Dturos, declarou: “Esta guerra deve parar aqui e agora. As populações devem parar os planos de guerra implementados em seus países, a fim de viver em paz”.

“Hoje, 17 de março, eu saio do partido Die Linke. Eu me explico...”

Apoio à política de rearmamento do chancelar alemão, o socialdemocrata Scholz, leva à ruptura

“O Die Link foi fundado para acabar com a regressão social e a pressão sobre os salários que a Agenda 2010 exerceu [1]. Além disso, após a participação da Alemanha na guerra na Iugoslávia e na guerra no Afeganistão, que são contrárias ao direito internacional, uma nova força precisava surgir, uma força que se comprometesse novamente de maneira firme em agir pela paz, pelo desarmamento e pelo respeito ao direito internacional.

Graças a uma política voltada para esses objetivos, conquistamos 11,9% dos votos nas eleições federais de 2009 e entramos nos parlamentos de Bremen e Hamburgo, bem como nos parlamentos regionais de Eslésvico-Holsácia, Baixa Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália, Hesse e Sarre.

No entanto, em 2015, o mais tardar, a direção do partido Die Linke da época começou a mudar seu rumo político. Com isso, o Die Linke transformou-se gradualmente num partido que perseguia objetivos semelhantes aos dos Verdes, esforçando-se para conquistar o mesmo eleitorado. Como resultado, muitos trabalhadores e aposentados se afastaram e retornaram ao SPD, abstiveram-se ou votaram na AfD (Alternativa para a Alemanha, de extrema-direita, NdT) ou em outros partidos, em sinal de protesto. Na última eleição nacional, apenas 5% dos trabalhadores votaram no Die Linke.

Não se pode mais ignorar: os assalariados de baixa e média renda ou os aposentados não se sentem mais representados pelo partido.

Depois de ter varrido seu programa social, agora é a vez dos princípios da política de paz do Die Linke. A guerra contra a Ucrânia, contrária ao direito internacional, é a ocasião para isso. Na manhã da sessão especial do Parlamento, durante a qual o chanceler Scholz anunciou seu gigantesco programa de rearmamento, o porta-voz do grupo parlamentar para assuntos externos, GregorGysi, a presidente do partido, Susanne Henning-Welsow e outros membros do grupo parlamentar defenderam a aprovação da moção do governo, a favor do aumento dos gastos militares e da entrega em larga escala de armas para a Ucrânia. Felizmente, eles não conseguiram vencer. Imediatamente após, a liderança do partido anunciou publicamente que aqueles que defendiam os princípios fundadores do partido de política social e paz, eu em particular, seriam expulsos do partido. A comissão federal de arbitragem me informou que o processo de exclusão que está em andamento contra mim seria transferido para a comissão de arbitragem do estado de Berlim, que deveria decidir.

AFP

Oskar Lafontaine

A alteração dissimulada dos princípios políticos do Die Linke é a razão das muitas derrotas eleitorais. No Sarre, o partido federal tem permitido durante anos a instalação de um sistema de fraude no qual os mandatos nos parlamentos nacional e regional são atribuídos com base em listas de membros manipuladas. Um membro normal do partido que não esteja envolvido neste esquema de fraude não tem a mínima chance de obter um mandato.

No passado eu deixei o SPD porque ele havia se tornado um partido que, contrariando a tradição da social-democracia de Willy Brandt, promovia a política de baixos salários, cortava pensões e benefícios sociais e apoiava a participação do exército alemão em guerras contrárias ao direito internacional. Eu queria que houvesse, no espectro político, uma alternativa de esquerda para a política de insegurança social e desigualdade; por isso fui co-fundador do partido Die Linke. O partido atual abandonou esta reivindicação.

Não quero mais pertencer a um partido que já não coloca no centro das suas preocupações os interesses dos trabalhadores e pensionistas, que não defende mais uma política externa baseada no direito internacional e na busca da paz, e que apoia o sistema de fraude estabelecido no Sarre”.

---

[1] A Agenda 2010 é um conjunto de reformas sociais e trabalhistas implementadas entre 2002 e 2005 pelo governo social-democrata do chanceler Gerhard Schröder, (NdT)